

GLP V
Participações S.A

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações dos passivos a descoberto	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

GLP V Participações S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da GLP V Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GLP V Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase em relação a transações com partes relacionadas.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 – Contexto Operacional, chamamos à atenção para o fato que a Companhia faz parte de um grupo econômico e parte substancial das operações são com partes relacionadas. Essas transações foram efetuadas de acordo com os termos específicos acordados entre a Administração da Companhia e essas partes relacionadas. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia atua em fase pré-operacional e não está gerando receitas decorrentes de suas atividades. Desta forma, a manutenção de suas atividades e de suas respectivas despesas administrativas depende dos recursos advindos dos aportes de capital efetuados pelo acionista controlador. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de julho de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Thaís de Lima Rodrigues Leandrini
Contadora CRC-1SP280836/O-5

GLP V Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	2022	2021	Passivo e passivo a descoberto	Nota explicativa	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	1	Contas a pagar	7	450	19.980
Impostos e contribuições a compensar		<u>2</u>	<u>1</u>	Contas a pagar - partes relacionadas	6	44	44
Total do ativo circulante		<u>2</u>	<u>2</u>	Obrigações fiscais		-	9
				Outros passivos		<u>9</u>	<u>9</u>
				Total do passivo circulante		<u>503</u>	<u>20.042</u>
				Passivo a descoberto			
				Capital social	9	67.107	1
				Reserva de capital	9	-	54.377
				Prejuízo acumulado		<u>(67.608)</u>	<u>(74.418)</u>
				Total do passivo a descoberto		<u>(501)</u>	<u>(20.040)</u>
Total do ativo		<u>2</u>	<u>2</u>	Total do passivo e passivo a descoberto		<u>2</u>	<u>2</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLP V Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	2022	2021
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	10	(400)	(1.176)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		<u>(400)</u>	<u>(1.176)</u>
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	11	(1)	(9)
Receitas financeiras	11	-	6
Resultado financeiro líquido		<u>(1)</u>	<u>(3)</u>
Prejuízo Operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(401)</u>	<u>(1.179)</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u>(401)</u>	<u>(1.179)</u>
Prejuízo por ação - R\$	9	(0,0031)	(0,0157)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLP V Participações S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Prejuízo líquido do exercício	(401)	(1.179)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado total abrangente do exercício	<u><u>(401)</u></u>	<u><u>(1.179)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLP V Participações S.A.

Demonstrações das mutações dos passivos a descoberto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Subscrito	Capital social A integralizar	Reserva de capital Subscrito	Reserva de capital A integralizar	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>2</u>	<u>(1)</u>	<u>29.998</u>	<u>(27.119)</u>	<u>(73.239)</u>	<u>(70.359)</u>
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(1.179)	(1.179)
Aumento reserva de capital	9	-	-	99.900	(99.900)	-	-
Aumento de Capital	9	100	(100)	-	-	-	-
Integralização de Capital		-	-	-	51.498	-	51.498
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>102</u>	<u>(101)</u>	<u>129.898</u>	<u>(75.521)</u>	<u>(74.418)</u>	<u>(20.040)</u>
Prejuízo do exercício	9	-	-	-	-	(401)	(401)
Renda garantida - Rec Jundiá III	9	-	-	-	-	7.211	7.211
Integralização de reserva de capital	9	-	-	-	11.434	-	11.434
Transferência reserva de capital para capital social	9	129.898	(64.087)	(129.898)	64.087	-	-
Integralização de capital	9	-	1.295	-	-	-	1.295
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>130.000</u>	<u>(62.893)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(67.608)</u>	<u>(501)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLP V Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(401)	(1.179)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do impostos de renda e da contribuição social		
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(401)</u>	<u>(1.179)</u>
Varição nos ativos e passivos operacionais:		
Impostos e Contribuições a Compensar	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Contas a pagar	(12.319)	(50.372)
Contas a pagar partes relacionadas	-	44
Outros passivos circulante	-	9
Obrigações Fiscais	<u>(9)</u>	<u>1</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(12.328)</u>	<u>(50.318)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(12.730)</u>	<u>(51.498)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de reserva de capital	11.434	51.498
Integralização de capital social	<u>1.295</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>12.729</u>	<u>51.498</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1	1
No fim do exercício	<u>-</u>	<u>1</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(1)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

1 Contexto operacional

GLP V Participações S.A (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 – 5º andar, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto social: (1) o investimento e participação em outras sociedades, empreendimentos e outras formas de associação, como sócia, acionista ou cotista; (2) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (3) alienar, adquirir, locar e administrar imóveis próprios de qualquer natureza; e (4) desenvolver e implementar estratégias de marketing relativas a empreendimentos imobiliários próprios;

Em 2022 e 2021 a Companhia atuava como garantidora dos aluguéis mínimos das Empresas REC Jundiaí III Empreendimentos Imobiliários e GLP U Participações, das quais foram vendidas em 12 de fevereiro de 2021 (GLP U) e 18 de setembro de 2020 (REC Jundiaí III), por se tratar do mesmo grupo econômico.

A GLP Brasil Ltda. É responsável pela gestão das operações e assume determinados custos corporativos decorrentes da estrutura utilizada.

Situação econômica e financeira

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$501 (R\$20.040 negativo em 2021), devido a política de caixa mínimo da Companhia e sua fase pré-operacional, que impossibilita nesse momento a geração de caixa advindos de suas operações. Conforme mencionado na nota explicativa 15, durante o ano de 2023 já foram realizados aportes pelo fundo no valor de R\$844.588.

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, como aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetuou uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade à suas atividades e não identificou dúvidas da capacidade operacional.

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 19 de julho de 2023.

3.2 Uso de estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em uma alteração no próximo exercício estão relacionadas, principalmente, as provisões para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades.

3.4 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passado, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

São provisionadas quando a probabilidade de perda for avaliada como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando as perdas forem avaliadas como prováveis, mas os montantes envolvidos não forem mensuráveis com suficiente segurança, ou quando as probabilidades de perdas são consideradas possíveis, são divulgadas em nota explicativa. Os demais riscos referentes a demandas judiciais e administrativas, cuja probabilidade de perda é considerada remota, não são provisionados nem divulgados.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que seja recuperado de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.5 Provisão para imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social estão apresentadas nas rubricas “corrente” e “diferido” nas demonstrações do resultado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pelo regime do Lucro Real, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. O imposto de renda é calculado pela alíquota regular de 15% (acrescida de adicional de 10% sobre lucros anuais excedentes a R\$240 mil), e a contribuição social pela alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados às alíquotas pelas quais as diferenças temporárias serão efetivamente tributadas, de acordo com a legislação fiscal. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

3.6 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao — ou deduzidos do — valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros por meio do resultado são demonstrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua mensuração são reconhecidos no resultado.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros registrados ao custo amortizado.

Passivos financeiros registrados ao custo amortizado

Os passivos financeiros (incluindo outras contas a pagar) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.7 Prejuízo básico e diluído por ação

Calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, usando a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações; logo, o prejuízo básico e diluído por ação é o mesmo.

4 Pronunciamentos contábeis

Novos requerimentos atualmente em vigor

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2022	Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25) Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27) Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15)

A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2022.

Futuros requerimentos

A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A adoção antecipada não é permitida para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022, o que se aplica a esta Companhia.

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2023	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 e CPC 23) Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26) Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32)

5 Caixa e equivalentes de Caixa

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e bancos	-	1
Total	<u>-</u>	<u>1</u>

6 Partes relacionadas

Os valores no ativo não circulante estão baseados em contratos, sem incidência de encargos financeiros, atualização monetária, e não possuem prazo de vencimento.

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo		
Contas a pagar partes relacionadas (a)	44	44

- (a) Valores referem-se gastos incorridos na GLP Q Participações S.A. referente ao projeto Walmart Jandira/Walmart Betim da empresa GLP V Participações S.A.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro). Nos exercícios de 2022 e 2021, não houve remuneração à Administração, como salários, encargos e outros.

7 Contas a pagar

	31.12.2022	31.12.2021
Renda mínima garantida (a)	-	17.478
Fornecedores (b)	392	2.491
Provisões diversas (c)	<u>58</u>	<u>11</u>
Total	<u>450</u>	<u>19.980</u>
Circulante	450	19.980

- (a) Valor era referente aos acordos de renda mínima garantida firmados nos contratos de venda das empresas REC Jundiá Empreendimentos Imobiliários e GLP U Participações. Sendo que a REC Jundiá III foi vendida no ano de 2020, e o prazo final do contrato que garante a renda mínima encerrou-se em maio de 2022. E, a GLP U foi vendida no ano de 2021, com prazo final do contrato que garante a renda mínima encerrou-se em junho de 2022. A GLP V atuava como garantidora dessas empresas por se tratar do mesmo grupo econômico.
- (b) Serviços tomados a pagar.
- (c) Refere-se a provisão de serviços prestados no exercício e que serão pagos no exercício subsequente.

8 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não tem conhecimento de ser parte em algum processo de natureza tributária, cível, ambiental, tampouco em outros processos administrativos, que tenham sido classificadas como provável ou possível, conforme seus assessores jurídicos.

9 Passivo a Descoberto

Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito está representado por R\$130.000 correspondente a 130.000.000 ações nominativas, todas ordinárias e sem valor nominal (R\$102, correspondente a 102.000 ações 2021). Desse montante, R\$67.107, correspondente a 67.106.886 ações, estavam totalmente integralizados até 31 de dezembro de 2022 (R\$1 correspondente a 1.000 ações totalmente integralizado em 2021).

Em 10 de maio de 2021, conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o aumento de capital de R\$100, dividido em 100.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. No exercício de 2022, foram integralizados o montante de R\$100.

Em 07 de junho de 2022, conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado a incorporação ao capital social os valores constituídos de reservas de capital de R\$129.898, dividido em 129.898.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. No exercício de 2022, foram integralizados o montante de R\$1.195.

Reserva de capital

Em 27 de outubro de 2020, conforme ata de Assembleia Geral de Transformação (AGT) foi aprovado a constituição de reserva de capital de R\$29.998, dividido em 29.998.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. No exercício de 2021, foram integralizados o montante R\$27.119, e em 2020 foram integralizados o montante de R\$2.879.

Em 10 de maio de 2021, conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o aumento de reserva de capital de R\$99.900, dividido em 99.900.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. No exercício de 2022 foram integralizados o montante de R\$11.434 (R\$ 24.379 em 2021) e o saldo de R\$64.087 foi transferido para capital social a integralizar conforme ata abaixo.

Em 07 de junho de 2022, conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado a incorporação ao capital social os valores constituídos de reservas de capital de R\$129.898, dividido em 129.898.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Reserva de lucros

Estabelecida no Estatuto Social pelo saldo do lucro de cada exercício não destinado à constituição de reserva legal ou pagamento de dividendo mínimo obrigatório. Somente poderá ser utilizada mediante deliberação em Assembleia para pagamento de dividendos adicionais ou compensação de prejuízos.

Destinação do resultado do exercício

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das Companhias por Ações, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 2022 e 2021, o resultado não foi distribuído em função do prejuízo acumulado.

Prejuízos acumulados

	31.12.2022	31.12.2021
Outras transações com acionistas acumulado (a)	7.211	(72.340)
Prejuízo acumulados	(74.418)	(899)
Prejuízo do exercício	(401)	(1.179)
Total	(67.608)	(74.418)

- (a) Refere-se ao acordo de renda mínima garantida firmado no contrato de venda da empresa Rec Jundiáí III Empreendimentos Imobiliários S.A. e GLP U Participações S.A., em que a GLP V Participações assume as obrigações em nome da GLP Investimentos VI Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia. Com o encerramento do contrato de renda garantida em 30 de junho de 2022, o montante de 7.211 provisionado e não gasto foi revertido.

Resultado por ações

	31.12.2022	31.12.2021
Prejuízo do exercício	(401)	(1.179)
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	130.000	75.068
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	(0,0031)	(0,0157)

10 Despesas gerais e administrativas

	31.12.2022	31.12.2021
Despesa com empreendimento vendido	-	357
Despesa com condomínio	-	(790)
Despesas com advogados, auditores e consultores	(326)	(213)
Despesas com publicações, publicidades e propaganda	-	(308)
Despesa com manutenção	-	(74)
Outras despesas administrativas	(74)	(148)
Total	(400)	(1.176)

11 Resultado financeiro

	31.12.2022	31.12.2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	-	6
Total	-	6
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(1)	(9)
Total	(1)	(9)
Resultado financeiro líquido	(1)	(3)

12 Impostos de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui R\$ 2.467 (R\$ 2.067 em 2021) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição acumulados, para compensação com resultados tributáveis futuros. A Administração da Companhia registrará os referidos créditos quando da existência de projeções de lucros tributáveis futuros.

13 Instrumentos financeiros

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Companhia trabalha com a política de caixa zero, ou seja, todos os seus recursos de caixa são gerenciados no FIP (acionistas) e em caso de necessidades de recursos o acionista realiza os aportes necessários.

Gestão de risco de capital

A GLP como co gestora, por meio do Fundo, administra o capital da Companhia para assegurar que a Companhia possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a estrutura de capital da Companhia é formada pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa detalhado na Nota Explicativa nº 5) e pela integralização de capital dos acionistas.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Categorias de instrumentos financeiros

	2022	2021	Classificação
Passivos financeiros:			
Contas a pagar	450	19.980	Custo amortizado
Total	450	19.980	

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e não designam derivativos (“swaps” de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de “hedge” de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possuía nenhum ativo ou passivo financeiro significativo exposto a taxa de juros variável como (aplicações financeiras, contas a receber e dívidas).

14 Seguros

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Administração optou por não constituir contratos de seguros.

15 Eventos subsequentes

Até 10 de julho de 2023 já foram realizados aportes pelo fundo do valor de R\$844.588 todos para suprir a necessidade de caixa da Companhia.